

A. I. N ° - 206910.0004/06-5
AUTUADO - CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA
AUTUANTE - ANTONIO RAMOS DAMASCENO
ORIGEM - IFEP NORTE
INTERNET - 18. 10. 2006

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0300-04/06

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSUMO. Legislação vigente à época dos fatos geradores veda a utilização de crédito relativo aquisição de material de consumo. **2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE PAGAMENTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. MATERIAL DE USO E CONSUMO.** Infrações caracterizadas. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/06/2006, exige o ICMS no valor de R\$ 541.367,01, em decorrência de:

1. Utilizou crédito fiscal de ICMS, no valor R\$240.861,75, relativo a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento.
2. Deixou de recolher ICMS, no valor de R\$300.505,26, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao consumo do próprio estabelecimento.

O sujeito passivo impugnou o lançamento tributário, mediante advogado habilitado nos autos, às fls. 93/102, expondo seu posicionamento em relação às infrações impugnadas, frente ao Princípio da Não Cumulatividade previsto na Constituição Nacional, que, em seu entendimento, garante o direito ao creditamento irrestrito, sem fazer distinção acerca da aplicação ou não dos materiais ao processo produtivo ou não, citando e tecendo diversos comentários sobre o artigo 155, § 2º, da CF/88. Às folhas 98 a 102, transcreveu entendimento de doutrinadores sobre o tema. Ao final, pede que o lançamento seja julgado improcedente.

Na Informação Fiscal, fls. 116/118, o autuante salienta que a impugnação não pode prosperar, pois, fundamenta-se no princípio constitucional da não cumulatividade, sem observar as restrições impostas pela Lei complementar 87/96. Diz que a autuação encontra-se amparada na legislação baiana do ICMS, a qual veda a utilização do crédito fiscal decorrente de aquisição de material para uso e consumo do próprio estabelecimento. Ao finalizar, opina pela manutenção da autuação.

Às fls. 121 e 122 dos autos, foram juntados extratos emitidos através do SIGAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária e INC – Informações do Contribuinte, comprovando que o autuado efetivou em 19.07.2006 o pagamento parcial do crédito reclamado, no valor de R\$43.027,80.

VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela, para exigir imposto decorrente de 02 (duas) infrações.

Na infração 01, é atribuída ao sujeito passivo a utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, relativo a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, lançado como matéria-prima.

Na infração 02, é atribuída ao sujeito passivo a falta do recolhimento do ICMS, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao consumo do próprio estabelecimento.

Em sua defesa o autuado limitou-se a questionar a inconstitucionalidade da limitação do crédito tributário estabelecido nas legislações dos Estados e do Distrito Federal.

Ressalto que o autuado não contesta os documentos, seus valores e descrição dos bens constantes dos demonstrativos elaborados durante os procedimentos de auditoria e acostados aos Autos do PAF. Portanto, não existe dúvida em relação aos valores objeto dos levantamentos.

Em relação à arguição de inconstitucionalidade, ressalto que o art. 167, I, do RPAF/99, exclui da competência dos órgãos julgadores a declaração da mesma, razão pela qual o argumento defensivo não pode ser acolhido.

Assim, considerando que o único argumento defensivo foi a inconstitucionalidade da legislação Tributária Estadual, a qual já me pronunciei, entendo que as infrações 01 e 02, restaram caracterizadas.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206910.0004/06-5**, lavrado contra **CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total **R\$541.367,01**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR